



Diogo Duarte Campos

Sócio e coordenador da área
de Público da PLMJ Colab.

É POR TODAS
ESTAS RAZÕES QUE
O MODELO DE
CONCESSÃO SERÁ
TÃO BENÉFICO AO
DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO SOCIAL,
MAS COMO OUTRA
PPP LEVANTA UM
CONJUNTO DE
DESAFIOS E RISCOS
QUE IMPÕE UMA
ANÁLISE CUIDADA

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

O próximo desafio

Nos últimos tempos, muito se tem insistido na necessidade de execução de um programa de Parcerias Público-Privadas em Angola, havendo uma clara vontade política de implementar este modelo de contratação e de execução de grandes projectos de infra-estruturas públicas.

Percebe-se bem que assim seja: após um primeiro momento de reconstrução nacional, onde o Estado de forma mais directa ou menos directa financiou a concretização de um conjunto de infra-estruturas do país, muito baseado na execução de empreitadas tradicionais, face à urgência do momento; hoje, o mercado já está maduro o suficiente para se atrair investimento privado desonerando o Estado quer da realização do investimento quer da sua manutenção e, porventura mais relevante, permitindo que o Estado canalize essa capacidade de investimento para áreas sociais como a educação e a saúde.

Ora, as vantagens deste modelo (em relação ao modelo tradicional de empreitada) têm sido apontadas por quase unanimidade das entidades internacionais, com especial destaque para o Banco Municipal. Assim é, desde logo, porque, em termos simples, a alternativa a uma PPP seria recorrer a uma empreitada clássica onde, de um ponto de vista técnico, o Estado projecta

e constrói cada infra-estrutura e, depois, fica com o encargo de a manter (sublinhando-se as especiais dificuldades que este modelo apresenta para um país como Angola, cujo território é particularmente vasto). Também de um ponto de vista financeiro a solução é muito onerosa, na medida em que a infra-estrutura terá de ser paga ao longo da sua concretização, o que significa que o Estado teria, no final da obra, que dispor do valor total da mesma (ficando ainda com os encargos de manutenção). Acresce, ainda, que o modelo PPP é o que melhor permite distribuir os riscos entre sector público e privado, bem como entre as várias gerações que irão utilizar a infra-estrutura em causa (precisamente ao contrário do modelo clássico que impõe que seja uma geração a financiar projetos que serão utilizadas por 50 ou mesmo 100 anos e, conseqüentemente, por várias gerações).

É, assim, bem evidente que este novo modelo será bastante benéfico para a economia Angolana na medida em que o adjudicatário fica responsável não só pela concepção e construção da obra, mas também pela sua manutenção, o que também contribuído muito positivamente para a transferência de knowhow e aumento do conteúdo local, na medida em que o parceiro local se encontra obrigado a estabelecer-se em Angola.

É por todas estas razões que o modelo de concessão será tão benéfico ao desenvolvimento económico e social, mas como qualquer outra PPP levanta um conjunto de desafios, riscos mas também oportunidades que impõem uma análise cuidada da relação Estado / concessionário. Também aqui Angola tem uma vantagem comparativa face a outros países que implementaram PPP mais cedo, na medida em que da análise do que correu menos bem noutros Estados, poderá permitir que a legislação seja aprimorada e, talvez até sobretudo, que os contratos e procedimentos de contratação sejam melhorados em benefício do contraente público, não fazendo o Estado angolano incorrer nos mesmos erros que outros Estados e que foram muitos.

Numa palavra, há muitas e boas razões para o recurso a PPP e é particularmente evidente o grande contributo que o emergir desta nova indústria poderá trazer para o desenvolvimento económico e social de Angola. Mas também há riscos que podem e devem ser minimizados, o que apenas poderá ser feito mediante a análise das experiências internacionais, mas também pela não importação acrítica de modelos e legislação, porque a primeira regra para que um projecto seja bem sucedido é estar adaptado à realidade local.

